

Orçamento de 89

SONIA MOSSRI

BRASÍLIA — O Orçamento da União (OGU) para 89 poderá sofrer profundas alterações, com a liberação de recursos vinculados à variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) ou ao comportamento da receita líquida, excluindo transferências compulsórias a Estados e Municípios. Esse mecanismo, que foi adotado pelo Governo de Israel antes do choque de preços e salários, informou ao GLOBO importante assessor do Palácio do Planalto, é uma alternativa para a impossibilidade de

previsão de inflação para o próximo ano.

A mesma fonte revelou que essa proposta começou a ser estudada pela equipe do Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que deverá enviar um assessor do Ministério para Israel para verificar o sistema e efeitos a nível do controle do déficit público naquele País.

Embora de escola econômica diferente, João Batista recorre, por motivos totalmente diferentes, à prática adotada pelo ex-Ministro do Planejamento, João Sayad, que enviou um dos seus principais assessores, o economista Pérsio Arida, um dos pais

do Plano Cruzado, para ver de perto o choque de preços de Israel.

Ainda em abril, todos os ministérios receberão os formulários do Planejamento para elaboração de propostas com relação ao Orçamento de 89. Pela inovação do OGU, que ainda não recebeu avaliação jurídica da área econômica, todos os recursos aprovados para incorporação do OGU teriam como base os preços praticados em abril, para todas as despesas, investimentos, projetos, pagamento de dívida e custeio.

A partir de 89, os recursos seriam liberados através da variação da OTN ou pelo comportamento da re-

LOBO

ECONOMIA • 35

pode ser em OTN

ceita líquida nos últimos dois ou três meses, explicou o importante assessor do Presidente José Sarney. O principal motivo do estudo desta proposta, destacou o mesmo assessor ao GLOBO, é que toda previsão de inflação para o próximo ano é "prematuro e inócua".

Esta proposta surgiu de um importante assessor de João Batista, que é funcionário do Planejamento há mais de cinco anos, sendo classificado no ministério como "um gênio em economia", condição semelhante à atribuída a Pérsio Arida, o que lhe permitia livre trânsito no Palácio do

Planalto.

O OGU financia a administração direta, autárquica, Legislativo, Judiciário, e entidades da administração direta e fundações criadas ou mantidas pelo Poder Público. A sua receita resulta da arrecadação de impostos da União, operações de crédito e emissão de títulos da dívida pública.

A alteração no modelo atual, primeiro exercício do orçamento unificado, com todas as receitas e despesas do Governo Federal sendo submetidas à aprovação do Congresso, avaliou um importante consultor

jurídico da área econômica, somente poderá ocorrer através de projeto-de-lei, passando pelo Senado e Câmara.

A vinculação da liberação de recursos à variação da OTN ou variação da receita impediria a "peça de ficção" que se transformou o OGU, sempre com projeções de inflação subestimadas, diante do temor de sinalizar expectativas do Governo de elevação de preços. Pelo modelo atual, são necessárias várias Leis de Excesso de Arrecadação, enviadas ao Congresso. Somente no ano passado, foram enviadas três.